
PLANE 023/2025

Florianópolis, 06 de março de 2025

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E CADASTRO - CPLC
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES - DAF
APPA – ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA!
PARANAGUÁ/PR

Referência: EDITAL LE 110/2024

Assunto: Contrarrazões ao Recurso Administrativo da licitante GEPLAN – PLANEJAMENTO, PROJETOS E GERENCIAMENTO DE OBRAS LTDA

Prezados senhores,

PLANEJAR ENGENHARIA LTDA, participante da licitação regida pelo edital da referência acima em destaque, recebeu o Recurso Administrativo interposto pela empresa GEPLAN – PLANEJAMENTO, PROJETOS E GERENCIAMENTO DE OBRAS LTDA *“contra a aceitação da proposta da empresa PLANEJAR ENGENHARIA LTDA”*, e serve-se da presente para registrar sua contestação ao citado Recurso.

A empresa GEPLAN faz afirmações sem qualquer base legal, e sem cobertura no edital de licitação, com o objetivo claro de tumultuar o processo.

A seguir, a empresa PLANEJAR LTDA apresenta sua contestação em relação ao Recurso Administrativo interposto pela empresa GEPLAN LTDA, na mesma ordem daquela peça.

1) DA CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

A empresa GEPLAN alega que a PLANEJAR não atendeu à exigência da Capacidade Técnica Operacional porque, supostamente, não teria comprovado que a obra supervisionada pela empresa para a Prefeitura Municipal de Indaial (objeto da CAT nº 252024166833) custa mais de 8 milhões de reais. E embasa sua afirmação pelas seguintes constatações:

- A ausência de identificação oficial da Prefeitura de Indaial, como papel timbrado, carimbos ou assinaturas de responsáveis técnicos ou administrativos;
- A falta de validação formal do órgão competente, o que impede que o documento seja considerado meio adequado para suprir a ausência dos valores no atestado.

Aqui aparece a primeira falha grosseira da RECORRENTE. O item 16.4.1, letra b, do edital de licitação diz textualmente:

*“Conforme previsão dos itens 13 do Termo de referência, para comprovação da **Qualificação Técnica Operacional** a empresa licitante primeira classificada, deverá apresentar os seguintes documentos:*

a) (.....)

b) No mínimo, 01 (um) Atestado Técnico/Certidão/Declaração expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a LICITANTE tenha executado satisfatoriamente contratos de Gerenciamento ou de Supervisão ou de Fiscalização de Obras com valor igual ou superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) – data-base de abertura da proposta (INCC-DI);”

Está muito claro no texto do edital que a Administração Pública exige que a licitante tenha realizado serviços de **Gerenciamento ou de Supervisão ou de Fiscalização de Obras com valor igual ou superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais)**, na data da abertura da presente licitação (27/01/2025), e que o valor da obra pode ser atualizado pelo índice INCC-DI.

Essa é a exigência do edital, e a PLANEJAR apresentou a medição da obra do mês de outubro de 2024, comprovando, com folga, a exigência de que a obra supervisionada tenha valor igual ou superior a 8 milhões de reais. Qualquer coisa que se especule além disso, tem o único objetivo de postergar o encerramento do processo licitatório, visto não ter cobertura legal.

É importante registrar que o signatário do Recurso Administrativo da GEPLAN demonstra total desconhecimento do custo de uma obra viária, ao contestar o valor daquela obra, o que nos leva a duvidar de sua capacidade de executar serviço de Supervisão/Fiscalização de Obra.

O atestado da Prefeitura Municipal de Indaial registra que foi feita a Supervisão/Fiscalização de 3,33 Km de obras de Implantação e Pavimentação viária e de uma ponte/viaduto com 8.830 m2.

Os Custos Médios Gerenciais de obras viárias para a região sul, divulgados periodicamente pelo DNIT, têm os seguintes valores referentes ao mês de outubro/2024, para **Construção de Pontes e Viadutos**:

- Infraestrutura, Mesoestrutura e Superestrutura = R\$ 3.987,00 por m2.

Assim, mesmo que seja considerado apenas o custo da ponte/viaduto com 8.830 m2, chega-se ao custo de obra de **R\$ 35.205.210,00**, que já é bem superior ao valor exigido pelo edital.

A seguir está apresentada a planilha de Custo Médio Gerencial do DNIT para Construção de Pontes e Viadutos na Região Sul.

MODAL RODOVIÁRIO

NATUREZA DE SERVIÇOS E OBRAS: **CONSTRUÇÃO DE PONTES E VIADUTOS**

REGIÃO GEOGRÁFICA: **SUL**

1 - MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO - CM₁

Porte	Pequeno			Médio		Grande	
Solução-tipo	I	II	III	I	II	I	II
R\$	75.580,00	66.942,00	58.576,00	78.998,00	70.514,00	82.722,00	74.315,00

2 - ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CM₂

Parcelas fixa e vinculada	Porte	Pequeno		Médio	Grande
	Solução-tipo	I e II	III	I e II	I e II
CM _{2,a}	R\$/mês	237.232,00	203.524,00	352.933,00	490.414,00

Parcela variável	Solução-tipo	I	II	III
CM _{2,b}	R\$/m²	28,00	29,00	50,00

CM₂ = (CM_{2,a} x D) + (CM_{2,b} x A)

3 - CANTEIRO DE OBRAS - CM₃

Padrão	Porte	Pequeno			Médio		Grande	
	Solução-tipo	I	II	III	I	II	I	II
Provisório	R\$	1.379.252,00	1.395.899,00	1.133.088,00	2.174.743,00	2.261.270,00	2.903.657,00	2.413.673,00
Permanente		1.618.480,00	1.653.608,00	1.318.822,00	2.601.018,00	2.720.626,00	3.485.041,00	2.903.123,00

4 - INFRAESTRUTURA, MESOESTRUTURA E SUPERESTRUTURA - CM₄

Solução-tipo	I	II	III
R\$/m²	3.987,00	6.941,00	6.788,00

5 - SERVIÇOS COMPLEMENTARES - CM₅

Solução-tipo	I	II	III
R\$/m²	84,00	64,00	115,00

Solução-tipo I: ponte ou viaduto com tabuleiro em concreto armado moldado *in loco* e longarinas protendidas pré-moldadas.

Solução-tipo II: ponte ou viaduto em balanço-sucessivo.

Solução-tipo III: passagem inferior moldada *in loco* em concreto armado.

Nota: as especificações técnicas de cada solução-tipo são apresentadas no Manual do Usuário.

6 - CUSTO MÉDIO GERENCIAL - CMG

CMG = CM₁ x K + CM₂ + CM₃ + (CM₄ + CM₅) x A

Sendo:

A: área da OAE, em metros quadrados (m²).

CMG: Custo Médio Gerencial, em reais.

D: duração prevista da obra, em meses.

K: representa o fator relacionado à necessidade de retorno do veículo a sua origem. Detalhes no Manual do Usuário.

2) DA CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

A RECORRENTE afirma que o profissional indicado pela empresa PLANEJAR ENGENHARIA LTDA para a função de Coordenador não atende aos critérios de qualificação técnica exigidos no edital, e apresenta, individualmente, supostas falhas existentes em cada um dos atestados apresentados.

Neste documento, a empresa PLANEJAR vai rechaçar cada um dos argumentos estapafúrdios levantados pela RECORRENTE, que não tem qualquer cobertura legal.

O item 16.4.2 do edital exige que o profissional indicado pela empresa licitante para compor a equipe como Coordenador deverá comprovar que possui experiência na execução de serviços similares ao do objeto do Edital, conforme descrição abaixo:

- ENGENHEIRO CIVIL COORDENADOR: Deverá ter formação em Engenharia Civil, e comprovar por meio de **01 (um) atestado e/ou certidão e/ou declaração devidamente certificado pelo CREA (CAT)**, que tenha exercido a função de Responsável Técnico, e/ou de Coordenador, e/ou de Supervisor, de Serviços de Gerenciamento, e/ou de Supervisão de **Empreendimentos com valor superior a R\$ 8.000.000,00 (INCC – data-base da proposta)**, compatíveis com o objeto do Edital de Licitação SAP nº 1000000026 (Rodovia de Concreto).

Para atendimento dessa exigência do Edital, a empresa PLANEJAR ENGENHARIA LTDA apresentou a Certidão nº 087/2011 – SMOP – OPP, da Prefeitura de Curitiba, que se refere à Supervisão das Obras Integrantes do Programa de Transporte Urbano de Curitiba (Lotes 03 e 04), com extensão total de 6.158,84 metros.

Uma das alegações da RECORRENTE é que *“o serviço mencionado foi realizado em avenidas de Curitiba, e não em rodovias, sendo que o dimensionamento estrutural de uma rodovia difere significativamente de uma avenida, devido à intensidade do tráfego de veículos pesados”* (SIC).

Mais uma vez o signatário do Recurso Administrativo da GEPLAN demonstra não ter qualquer conhecimento sobre obra viária. A Certidão da Prefeitura de Curitiba deixa bem claro que o Pavimento Rígido executado engloba as Canaletas Exclusivas de Ônibus, sendo implantadas, inclusive, novas Estações Tubos. Alegar que a intensidade de tráfego de veículos pesados em uma Canaleta Exclusiva de Ônibus difere significativamente do tráfego em uma rodovia, é demonstrar total desconhecimento do dimensionamento de Pavimento Rígido. Além disso, o edital exige experiência do Engenheiro Coordenador em Supervisão de Obras com Pavimento de Concreto, e não em dimensionamento do Pavimento de Concreto.

Conforme claramente explicitado na Certidão da Prefeitura de Curitiba, os serviços de Supervisão atenderam a execução de Pavimento Rígido de Concreto com as seguintes características:

- Placa de Concreto de Cimento Portland fck(tração)=4,5 MPa, com Formas Deslizantes;
- Placa de Concreto de Cimento Portland fck (tração)=4,5 MPa, com Régua Vibratória Simples e com Fibras de Polipropileno;
- Placa em Concreto Especial ("fast-track"), fck (tração)=4,5 MPa, com Régua Vibratória Simples, com Fibras de Polipropileno e Pigmento;
- Cura Química de Placa de Concreto;
- Junta Longitudinal com aço CA-50 10mm, cordão de polipropileno e selante;
- Junta Transversal, com Trelça de Aço CA-25 32mm, Cordão de Polipropileno e Selante;
- Junta de Construção com isopor e barras de transferência;
- Concreto Compactado a Rolo (CCR), fck(tração)=1,5 MPa;
- Junta de pré-fissuração para CCR, preenchida com emulsão RR-1C.

Portanto, não há qualquer dúvida que o serviço de supervisão da obra em Pavimento Rígido executado para a Prefeitura de Curitiba englobou todos os itens inerentes a execução de Pavimento de Concreto.

Outra alegação da RECORRENTE é que a Planejar não comprovou que o valor da obra supervisionada é superior a 8 milhões de reais, quando, na realidade, a Planejar apresentou cópia do Relatório Mensal de Supervisão onde consta os valores de cada um dos contratos das obras supervisionadas pelo profissional Almir José Machado para a Prefeitura de Curitiba.

O signatário do Recurso Administrativo da Geplan mais uma vez, demonstra total desconhecimento do custo de uma obra viária.

A Certidão da Prefeitura Municipal de Curitiba registra que a extensão total da obra supervisionada é de 6.158,84 metros.

Os Custos Médios Gerenciais de obras viárias para a região sul, divulgados periodicamente pelo DNIT, têm os seguintes valores referentes ao mês de outubro/2024, para **Implantação e Pavimentação de Vias**:

- Terraplenagem, Drenagem, Obras Complementares, Sinalização e Proteção Ambiental (Classe III, Região Plana) = R\$ 969.057,00 por Km.
- Pavimentação (Classe III, Região Plana) = R\$ 819.371,00 por Km
- **TOTAL = R\$ 1.788.428,00 por Km**

Assim, mesmo sem considerar os custos com Mobilização/Desmobilização, Administração Local, Canteiro de Obras e BDI, chega-se ao custo de obra de **R\$ 11.014.641,90**, que já é superior ao valor exigido pelo edital.

A seguir está apresentada a planilha de Custo Médio Gerencial do DNIT para Implantação e Pavimentação de vias.

MODAL RODOVIÁRIO

NATUREZA DE SERVIÇOS E OBRAS: **IMPLANTAÇÃO**

REGIÃO GEOGRÁFICA: **SUL**

1 - MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO - CM₁

Porte	Pequeno	Médio	Grande
R\$	142.793,00	156.358,00	172.587,00

2 - ADMINISTRAÇÃO LOCAL - CM₂

Parcelas fixa e vinculada	Porte	Pequeno	Médio	Grande
CM _{2,a}	R\$/mês	266.552,00	375.461,00	510.778,00

Parcela variável	Relevo	Plano					Ondulado					Montanhoso				
	Classe	0	I-A	I-B	II	III	0	I-A	I-B	II	III	0	I-A	I-B	II	III
CM _{2,b}	R\$/km	149.694,00	143.270,00	87.051,00	80.628,00	79.291,00	116.424,00	111.244,00	65.465,00	64.377,00	57.021,00	149.089,00	142.334,00	84.677,00	73.714,00	66.959,00

CM₂ = (CM_{2,a} x D) + (CM_{2,b} x E_T)

3 - CANTEIRO DE OBRAS - CM₃

Padrão	Porte	Pequeno	Médio	Grande
Provisório	R\$	2.782.876,00	3.532.993,00	4.615.431,00
Permanente		3.251.926,00	4.185.447,00	5.524.599,00

4 - TERRAPLENAGEM, DRENAGEM E OAC, OBRAS COMPLEMENTARES, SINALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AMBIENTAL - CM₄

Relevo	Plano					Ondulado					Montanhoso				
Classe	0	I-A	I-B	II	III	0	I-A	I-B	II	III	0	I-A	I-B	II	III
R\$/km	1.825.057,00	1.744.302,00	1.065.963,00	985.208,00	969.057,00	2.738.784,00	2.611.988,00	1.546.906,00	1.521.547,00	1.344.033,00	3.054.041,00	2.911.329,00	1.741.089,00	1.512.749,00	1.370.037,00

5 - PAVIMENTAÇÃO, AQUISIÇÃO E TRANSPORTE DE MATERIAL BETUMINOSO - CM₅

Solução-tipo de pavimento	Relevo	Plano					Ondulado					Montanhoso				
	Classe	0	I-A	I-B	II	III	0	I-A	I-B	II	III	0	I-A	I-B	II	III
A	R\$/km	1.033.194,00	1.002.490,00	574.933,00	544.230,00	533.649,00	1.002.490,00	971.787,00	544.230,00	533.649,00	481.783,00	996.350,00	965.646,00	544.230,00	481.783,00	451.080,00
B	R\$/km	1.578.484,00	1.527.354,00	886.389,00	835.259,00	819.371,00	1.527.354,00	1.476.224,00	835.259,00	819.371,00	736.465,00	1.517.128,00	1.465.998,00	835.259,00	736.465,00	685.335,00
C	R\$/km	2.129.327,00	2.059.193,00	1.197.916,00	1.127.783,00	1.106.408,00	2.059.193,00	1.989.060,00	1.127.783,00	1.106.408,00	993.525,00	2.045.167,00	1.975.033,00	1.127.783,00	993.525,00	923.392,00
D	R\$/km	2.697.078,00	2.601.658,00	1.529.837,00	1.434.417,00	1.407.985,00	2.601.658,00	2.506.237,00	1.434.417,00	1.407.985,00	1.259.700,00	2.582.574,00	2.487.153,00	1.434.417,00	1.259.700,00	1.164.280,00
E	R\$/km	4.766.763,00	4.597.812,00	2.704.386,00	2.535.436,00	2.489.665,00	4.597.812,00	4.428.862,00	2.535.436,00	2.489.665,00	2.229.174,00	4.564.022,00	4.395.072,00	2.535.436,00	2.229.174,00	2.060.224,00
F	R\$/km	5.422.590,00	5.224.621,00	3.087.436,00	2.889.467,00	2.837.892,00	5.224.621,00	5.026.652,00	2.889.467,00	2.837.892,00	2.536.774,00	5.185.027,00	4.987.058,00	2.889.467,00	2.536.774,00	2.338.805,00
G	R\$/km	3.063.183,00	2.930.009,00	1.784.623,00	1.651.449,00	1.624.814,00	2.930.009,00	2.796.834,00	1.651.449,00	1.624.814,00	1.438.370,00	2.903.374,00	2.770.199,00	1.651.449,00	1.438.370,00	1.305.195,00

Nota: as especificações técnicas de cada solução-tipo são apresentadas no Manual do Usuário.

6 - CUSTO MÉDIO GERENCIAL - CMG

CMG = CM₁ x K + CM₂ + CM₃ + (CM₄ x E_T) + (∑ⁿ_{i=1} CM₅ x E_{C,i})

Sendo:

CMG: Custo Médio Gerencial, em reais.

D: duração prevista da obra, em meses.

E_C: extensão de construção da solução-tipo, em quilômetros (km).

E_T: extensão total da via, em quilômetros (km).

K: representa o fator relacionado à necessidade de retorno do veículo a sua origem. Detalhes no Manual do Usuário.

A apresentação desse atestado da Prefeitura Municipal de Curitiba já é suficiente para atender à exigência do edital quanto à Capacidade Técnica Profissional, pois a solicitação é para que a licitante apresente **“01 (um) atestado”**. Porém, como o edital solicita que seja apresentado o Currículo do Profissional em atividades semelhantes ao objeto desta licitação, com os respectivos atestados, a PLANEJAR cumpriu rigorosamente tal exigência, apresentando os atestados e CATs dos seguintes serviços:

- Coordenação, Supervisão, Controle, Fiscalização e Revisão de Projetos das obras na rodovia SC-301, trecho São Bento do Sul – BR-280 (Lençol), com extensão de 7,276 Km), incluindo 2.391,418 m³ de pavimento rígido;
- Supervisão das obras de Duplicação, Conservação, Restauração, Manutenção e Melhoramentos nas Rodovias SC-401, SC-400, SC-402 e SC-403, numa extensão de 35,00 Km, incluindo a interseção em dois níveis de acesso ao bairro João Paulo executada em pavimento rígido;
- Supervisão, Controle e Apoio à Fiscalização das obras remanescentes de Implantação do Terminal Urbano de Passageiros Água Verde, incluindo 1.116,70 m³ de Pavimento Rígido;
- Supervisão Técnica e Ambiental das obras de implantação e pavimentação do Prolongamento da Rua Humberto de Campos (VP-07), com extensão de 2,04 Km, e das obras de construção dos Terminais Integrados Norte (Itoupavas) e Oeste (Água Verde), incluindo a execução de 867,05 m³ de Pavimento Rígido em Concreto Armado com aço e fibra no Terminal Norte;
- Coordenação, Supervisão, Controle, Fiscalização e Revisão de Projetos das obras na rodovia SC-407, trecho BR-282 (Rancho Queimado) – Rio dos Pinheiros/Anitápolis, com extensão de 23,510 Km.

Com esses atestados apresentados, a PLANEJAR comprovou que o engenheiro civil ALMIR JOSÉ MACHADO tem muita *“experiência na área de coordenação de equipe(s), e/ou supervisão, e/ou execução, e/ou fiscalização de obras similares ao objeto desta licitação”* (item 16.4.2 do edital), atendendo, assim, a exigência do edital.

A RECORRENTE faz alegações totalmente fora de contexto em relação a esses atestados apresentados pela PLANEJAR, chegando a afirmar que os Atestados e CATs números 252023155438, 252022136535 e 252023155436 *“se refere a fiscalização de projeto e não de obra”*. Isso é outro erro grosseiro da Recorrente, que pode até ser encarado como má-fé, pois os Atestados/Certidões deixam bem clara a descrição dos serviços realizados em cada um deles, conforme descrito a seguir:

- Certidão e CAT 252023155438: **“...serviços de consultoria para fins de coordenação, supervisão, controle, fiscalização e revisão de projetos das obras”**.

- Certidão e CAT 252022136535: “... **Supervisão Técnica e Ambiental das obras de implantação e pavimentação do Prolongamento da Rua Humberto de Campos (VP-07), com extensão de 2,04 Km, e das obras de construção dos Terminais Integrados Norte (Itoupavas) e Oeste (Água Verde), na cidade de Blumenau**”.
- Certidão e CAT 252023155436: “...**serviços de consultoria para fins de coordenação, supervisão, controle, fiscalização e revisão de projetos das obras**”.

Como pode a recorrente não ter visto que os serviços realizados são de supervisão de obra e revisão de projeto? É, no mínimo, estranha essa atitude da recorrente.

Outro ponto levantado pela RECORRENTE é que o atestado de Supervisão das obras no Terminal de Passageiros Água Verde não tem similaridade com rodovias. Mais um erro grosseiro da Recorrente, pois estão incluídas as obras de execução do Sistema Viário Interno e Externo do Terminal, sendo supervisionadas obras de Terraplenagem, Drenagem, Pavimentação Flexível, Pavimentação Rígida, Sinalização e Obras Complementares. Além disso, o edital solicita que seja demonstrada a experiência do Engenheiro Civil Coordenador em “Coordenação de Equipe”, e isso também está muito claro no Atestado de Supervisão das obras no Terminal de Passageiros Água Verde.

Além de todos os erros grosseiros já citados até aqui, a Recorrente ainda afirma que os atestados “*não informam os valores de execução*”. Mais um erro grosseiro da Recorrente, pois o edital de licitação solicita que seja apresentado 01 (um) atestado de Supervisão de obras com valor superior a 8 milhões de reais, e esses demais atestados apresentados são para comprovar a experiência do Engenheiro Civil Coordenador. De qualquer forma, se o signatário do Recurso Administrativo tivesse um mínimo de conhecimento de obra viária, saberia que todas as obras citadas nos atestados/certidões têm valor superior a 8 milhões de reais, atualizado para a data da entrega da proposta.

3) DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEFICITÁRIA

A Recorrente afirma que a proposta da Planejar não incluiu itens fundamentais, que podem afetar a viabilidade da execução contratual.

Outro erro do signatário do Recurso Administrativo da Geplan.

A proposta da Planejar atendeu integralmente ao que está previsto no Edital LE 110/2024 e em seus anexos, especialmente o Termo de Referência. Qualquer coisa que seja dita em contrário só tem o objetivo de tumultuar o processo licitatório.

O edital é muito claro ao registrar que o Regime de Execução do futuro contrato é de Empreitada por Preço Global, e a Supervisora contratada deverá cumprir integralmente ao que está previsto no Termo de Referência do Edital, sendo remunerada pelo valor global definido.

Outro aspecto importante a ser registrado é que a Planejar ofertou um valor 9% menor que o orçamento da APPA (que era sigiloso até a abertura da licitação), e esse desconto ofertado é perfeitamente factível porque a empresa otimizou sua administração (com consequente redução de custos) e tem sua contabilidade por Lucro Presumido (com menores alíquotas de PIS e COFINS).

Portanto, as afirmações da Recorrente sobre “Execução Orçamentária Deficitária” não têm qualquer cobertura no Edital e seus Anexos, devendo ser sumariamente rejeitadas.

4) CONCLUSÃO E PEDIDO

Conforme claramente exposto nos itens retors, a Recorrente cometeu erros crassos em suas argumentações, demonstrando total falta de conhecimento sobre obras viárias.

Nenhuma das questões levantadas pela Recorrente têm qualquer fundamentação técnica e legal, motivo pelo qual a empresa PLANEJAR ENGENHARIA LTDA solicita que seja julgado totalmente **IMPROCEDENTE** o Recurso Administrativo interposto pela empresa GEPLAN PLANEJAMENTO, PROJETOS E GERENCIAMENTO DE OBRAS LTDA, mantendo-se inalterado o resultado do julgamento da Documentação que **habilitou** a licitante PLANEJAR ENGENHARIA LTDA, por ser a medida que mantém justiça nesse processo licitatório.

Atenciosamente,

Eng. Civil Almir José Machado
Diretor Presidente – PLANEJAR LTDA
CREA/SC 14.052-4